

HORÁRIOS DO FUNCHAL – TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

Travessa da Fundoa de Baixo, n.º 5

9020-242 Funchal

**CONCURSO PÚBLICO
COM PUBLICAÇÃO NO JOUE**

Refª Nº 028/DL/2023

**SISTEMA DE ÁGUAS QUENTES SANITÁRIAS
(AQS)**

CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS

Parte I

Artigo 1.º

Enquadramento

1. A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. (adiante designada por HF) está empenhada em melhorar a eficiência energética das suas infraestruturas.
2. Nesse sentido, no âmbito do projeto MEEI-HF – Medidas de Eficiência Energética nas Infraestrutura da Horários do Funchal, a HF irá implementar um conjunto de soluções integradas no domínio da eficiência energética, com o objetivo final de colmatar as ineficiências energéticas diagnosticadas no Edifício da Empresa e reduzir os consumos energéticos registados no mesmo.
3. A operação MEEI-HF será cofinanciada no âmbito do Programa Madeira 14-20, através do aviso FEDER M420-E5-2023-01, sendo que no âmbito desta contratação pretende-se implementar a componente relativa ao Sistema de Águas Quentes Sanitárias - AQS (MM6).

Artigo 2.º

Objeto

1. O objeto principal do presente procedimento consiste no fornecimento e instalação de um Sistema de Águas Quentes Sanitárias (AQS), em conformidade com o Projeto de Execução, Esquema e Plantas, anexos ao presente Caderno de Encargos.

Artigo 3.º

Prazo

1. O Adjudicatário obriga-se a entregar e instalar todos os materiais e componente associados ao Sistema de Águas Quentes Sanitárias (AQS) até ao dia 15/11/2023.
2. O prazo previsto no número 1 do presente artigo poderá ser prorrogado mediante pedido por escrito devidamente fundamentado do Adjudicatário e respetiva aceitação da HF.
3. O contrato mantém-se em vigor até à sua conclusão, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Artigo 4.º

Preço Base

1. O preço base é de €335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil euros) incluindo todo o tipo de despesas e não incluindo o IVA, à taxa legal em vigor.

2. Nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o preço base é o preço máximo que a HF se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

3. O preço referido no presente artigo inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não estejam expressamente atribuídas à HF, incluindo as despesas de seguros, de combustível, de meios humanos, bem como, quaisquer encargos decorrentes do serviço, nomeadamente com deslocações à Região Autónoma da Madeira (RAM).

Artigo 5.º

Local de Fornecimento

O local da entrega dos bens é na sede da HF, sita na Travessa da Fundoa de Baixo, n.º 5, São Roque, Funchal.

Artigo 6.º

Conformidade e Operacionalidade

1. O Adjudicatário obriga-se ao fornecimento dos bens objeto do procedimento com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos, respeitando todas e quaisquer exigências legais específicas do bem em causa.

2. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens objeto do presente procedimento.

3. O Adjudicatário é responsável perante a HF por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do presente procedimento, que existam no momento da aceitação dos mesmos.

Artigo 7.º

Receção dos bens

1. A receção provisória do objeto do contrato, será executada de acordo com o seguinte:

1.1. No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrega na sede da HF de cada elemento objeto do contrato, a HF procede à respetiva análise, em conjunto com o Adjudicatário ou um seu representante, com vista a verificar se os mesmos reúnem as Disposições Técnicas definidas na PARTE II do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

1.2. Na análise a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve prestar à HF toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

- 1.3. No caso da análise da HF a que se refere o n.º 1.1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na PARTE II do presente Caderno de Encargos, a HF deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do termo dessa análise.
- 1.4. No caso de na análise da HF a que se refere o n.º 1.1, serem detetadas anomalias que não impeçam, a juízo da HF, o normal funcionamento dos bens para o fim a que se destinam, poderá ser emitida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do termo dessa análise, declaração de receção provisória condicionada.
- 1.5. Nos casos previstos nos números 1.3 e 1.4, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela HF, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
- 1.6. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo Adjudicatário, no prazo respetivo, a HF procede a nova análise, nos termos do n.º 1.1.
- 1.7. Caso a análise da HF a que se refere o n.º 1.1, comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Adjudicatário com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as Disposições Técnicas definidas na PARTE II do presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do termo dessa análise, declaração de receção provisória pela HF.
- 1.8. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as Disposições Técnicas previstas na PARTE II do presente Caderno de Encargos.
- 1.9. Após a realização das alterações e complementos descritos no n.º 1.6, caso a análise da HF a que se refere o n.º 1.1 não comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Adjudicatário com as exigências legais, e neles sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as Disposições Técnicas definidas na PARTE II do presente Caderno de Encargos, pode ser emitida, no prazo máximo de 15 dias a contar do termo dessa análise, declaração de não receção pela HF e de resolução do respetivo contrato pela HF.

Artigo 8.º

Condições de Pagamento

1. A emissão das respetivas faturas, pelo Adjudicatário, terá lugar somente quando a obrigação se considere vencida com a entrega, e receção provisória, ainda que condicionada, dos elementos a desenvolver pelo Adjudicatário ao abrigo do contrato a celebrar.
2. As faturas deverão ser enviadas para a Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., Fundoa

de Baixo, n.º 5, S. Roque, 9020-242 Funchal.

3. O prazo de pagamento é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de emissão das respetivas faturas.

4. Em caso de discordância por parte da HF, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário do serviço, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

Artigo 9.º

Garantia e Assistência Técnica

1. Nos termos do presente artigo e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante os bens e serviços objeto do contrato a celebrar, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias relativamente às exigências legais e às características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se venham a revelar a partir da respetiva aceitação dos bens e serviços, durante um prazo mínimo de 3 (três) anos, procedendo, nomeadamente, à sua substituição, ou reparação, se durante a utilização vierem a revelar-se anomalias relacionadas com a conceção e/ou instalação.

2. O Adjudicatário deve possuir meios e técnicos devidamente habilitados à realização das intervenções de manutenção e reparação na Região Autónoma da Madeira.

Artigo 10.º

Contrato

1. O contrato a celebrar será reduzido a escrito, fazendo parte integrante do mesmo os elementos constantes do artigo 96.º do CCP, designadamente:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;

- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e os artigos do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
4. A HF designará um Gestor do Contrato, nos termos do artigo 290.º- A do CCP, cuja função será a de acompanhar permanentemente a execução do contrato, e delegará no mesmo poderes para determinar a adoção das medidas adequadas para a correção de quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias que detete na execução do presente contrato, não podendo as mesmas compreender qualquer modificação ou cessação do contrato.

Artigo 11.º

Conformidade com a Proteção de Dados

1. Os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela HF ao abrigo do contrato a celebrar serão tratados em estrita observância das instruções da HF.
2. O Adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), na Lei da Proteção de Dados Pessoais e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:
- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela HF única e exclusivamente para efeitos do fornecimento dos bens e serviços objeto do contrato a celebrar;
 - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - c) Prestar à HF toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato a celebrar, mantendo a HF informada em relação ao tratamento de dados pessoais e obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das regras previstas na legislação em vigor.
3. O tratamento em subcontratação será regulado por contrato nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do RGPD.
4. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a HF venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato a celebrar.

5. O Adjudicatário garante que os seus colaboradores autorizados a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade, ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

6. O cumprimento da obrigação de proteção de dados pessoais pelo Adjudicatário, prevista no presente Caderno de Encargos, mantém-se mesmo após a cessação do contrato a celebrar, independentemente do motivo porque ocorra.

Artigo 12.º

Dever de Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo e garantirá o sigilo de todos os intervenientes que direta ou indiretamente venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da HF, sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à mesma, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato a celebrar.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato a celebrar.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 13.º

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato a celebrar, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso a HF venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato a celebrar, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário obriga-se a indemnizar a HF de todas as despesas que, em consequência, tenha de fazer e de todas as quantias que tenha pago, seja a que título for.

Artigo 14.º

Subcontratação e Cessão de Posição Contratual

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da sua posição contratual dependem de prévia autorização escrita da HF.

Artigo 15.º

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do presente Caderno de Encargos, a HF pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, cujo montante será fixado em função da gravidade do incumprimento, tendo como limite máximo, por infração, 5% do valor contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a HF tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. A HF pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º, n.º 2 do CCP.

Artigo 16.º

Resolução do Contrato

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

Artigo 17.º

Resolução do Contrato pela HF

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a HF pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, com o correspondente ressarcimento de todos os prejuízos causados.
2. Considera-se existir não cumprimento do Adjudicatário e, consequentemente, motivo de resolução do contrato pela HF, quando, além dos casos previstos no artigo 333.º do CCP, se verifique, designadamente, um atraso no fornecimento dos bens e serviços objeto do contrato superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário, e da qual conste a indicação da situação de incumprimento e do fundamento de resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela HF.

Artigo 18.º

Resolução do Contrato pelo Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à HF, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. Nos demais casos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas referidas na lei.

Artigo 19.º

Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato a celebrar, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no mais curto prazo possível, não podendo qualquer das partes invocar estas alterações por forma a eximir-se do cumprimento das respetivas obrigações.

Artigo 20.º

Legislação Aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto e restante legislação aplicável à contratação pública.

Artigo 21.º

Foro Competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.